

## Magistrados são cautelosos em suas postagens nas redes sociais, revela pesquisa



Os magistrados têm consciência da importância de se adotar medidas de precaução e segurança em suas postagens nas redes sociais. Por isso, afirmam tomar uma série de cuidados ao publicar ou comentar conteúdo nas plataformas. As redes sociais mais acessadas e as formas de utilização pelos membros da magistratura estão refletidas nos resultados da pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apresentados no dia 26/11, no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Maceió. Confira a íntegra do levantamento no link: <http://bit.ly/2DzcGrY>

Durante 17 dias de maio, a pesquisa colheu a opinião de 3.519 magistrados, o que equivale a uma participação voluntária de quase 20% da magistratura brasileira. Por meio de e-mail, os magistrados manifestaram preocupação quanto a quem tem acesso a suas publicações: 64,3% deles só permitem que amigos acessem seus perfis e 35,7% restringem o acesso a familiares.

Apenas 15,5% dos magistrados que responderam à pesquisa mantêm perfis

públicos, sem limites de acesso para desconhecidos. Outra preocupação da categoria é relativa à exposição do vínculo funcional nas redes. Embora 80,6% dos respondentes se identifiquem pelo nome próprio, não revelam que são juizes.

**Comentários** - A interação com publicações também merece atenção dos magistrados: 73,4% dos magistrados respondentes afirmaram utilizar medidas de segurança ao postar ou ao comentar nas redes sociais. A maioria absoluta dos magistrados que participaram da pesquisa – 87% – responderam que já aconselharam ou advertiram a parentes em relação ao uso das redes sociais. Praticamente a metade dos ouvidos na pesquisa – 46% – proíbe familiares e amigos de os marcarem em postagens (comentários e fotos).

Apesar de 97% deles dizerem que usam as redes sociais para finalidades pessoais, 48% as utilizam para fins profissionais e consideram que as questões profissionais são a segunda maior vantagem de sua utilização. Quanto ao conteúdo, embora a maioria deles (59%) tenha afirmado compartilhar principalmente conteúdo relativo a hobbies e interesses

pessoais, 46% também publicam sobre informações públicas e atualidades e 43% sobre questões jurídicas.

**Razões** - Entre os motivos apontados para tanta cautela no uso das plataformas de relacionamento, estão as possíveis ameaças à segurança do magistrado e de suas famílias (62,9%). Falta de privacidade (56,7%) e o perigo de se tornar vítima de abuso online (45,6%) a possibilidade de comportamentos antiéticos (39,5%) foram apontados como um risco pelos magistrados usuários de redes sociais.

**Alcance** - Um fenômeno de alcance internacional, as redes sociais mobilizam 42% da população mundial a manter perfis ativos. No Brasil, o percentual é ainda maior: 62%. Entre os magistrados que responderam ao questionário, 86,9% deles afirmaram utilizar os aplicativos de mensagens privadas como WhatsApp, Telegram e Imessage. Redes sociais de música (Spotify, Apple Music) ficaram em segundo lugar da preferência (58,3%), seguidos por Instagram (54,7%) e o Facebook, a rede social mais utilizada no mundo segundo pesquisas internacionais recentes, é a quarta plataforma mais utilizada pela magistratura (52,8%).

“O que nos chamou a atenção foi a informação de que poucos de capacitaram no assunto, mesmo considerando alto os riscos que as redes sociais trazem. Eles admitiram não conhecer as opções de restrição para aumento de privacidade e nem conversam com suas famílias sobre o assunto. Observo aqui um bom espaço para trabalhar e criar mais cursos de capacitação”, afirmou Carl Olav Smith, juiz auxiliar da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica da Presidência do CNJ.

Fonte: CNJ

### Aniversariantes

**Hoje:** Juíza federal Arali Maciel Duarte (1ª Vara), Alberica Paula Carvalho de Lima (Itabuna), Christiane Cabral Correia da Silva (Juazeiro), Claudia Silva Daniel (SECAD) e Lygia Maria dos Santos Oliveira (1ª Vara). **Amanhã:** Damião Uchôa de Alencar (Feira de Santana), Vinicius Moura da Silva (Guanambi), Cristiane Guimarães Lima (NUCAF) e Francisco Jesus dos Santos (18ª Vara).

**Parabéns!**

**EXPEDIENTE: Coordenação-Geral:** juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Estagiária de Jornalismo:** Carolina Sales Barreto. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

## Confira os destaques da JF1 no Primeira Região na Web

O programa Primeira Região na Web de hoje mostra como foi o 13º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Alagoas, Maceió, nos dias 25 e 26 de novembro. Durante o evento, que contou com a participação de membros e diretores do TRF1, foram aprovadas as Metas Nacionais do Judiciário para 2020. Ainda durante o encontro, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região recebeu menção honrosa por estar entre os quatro tribunais que mais julgaram em 2018.

Em reconhecimento pela excelência na gestão, produtividade e transparência, o TRF1 também se destacou no Prêmio CNJ de Qualidade, conquistando o Selo Prata. O vice-presidente do TRF1, desembargador federal Kassio Marques, recebeu a homenagem em nome da Presidência.

Confira, também, como foi o lançamento do Anuário da Justiça Federal, da Editora Consultor Jurídico, evento realizado no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Destaques também do programa é a 13ª Reunião de Análise da Estratégia da JF1, ocorrida no TRF1, com o objetivo de planejar novas metas e acompanhar resultados obtidos. Ainda, a edição apresenta que os servidores da Justiça Federal em todo o País terão identidades funcionais padronizadas. O novo modelo definido pelo Conselho da Justiça Federal será confeccionado pela Casa da Moeda do Brasil.

O link do programa foi enviado por e-mail a todo o corpo funcional da JF1. Esta e as edições anteriores estão disponíveis no portal do Tribunal em “Comunicação Social/Imprensa/Primeira Região na Web”. E também no Youtube/TRF1.

### Natal dos Terceirizados



“A Comissão de Ação Social solicita que os Diretores de Secretaria, de Núcleos e os Supervisores de Seção fiquem encarregados de reunir as doações dos servidores lotados nos seus respectivos locais de trabalho e entreguem o quantitativo arrecadado na Biblioteca até o próximo dia 5 deste mês.”

Comissão de Ação Social da SJBA

## JF1 HÁ DEZ ANOS

Há dez anos, o Justiça Federal Hoje publicou a seguinte notícia:



### 02/12/09 - Subseção de Ilhéus realizou último Quinta Legal de 2009

- A quarta edição do Projeto Quinta Legal aconteceu no último dia 19/11 no auditório da Subseção Judiciária de Ilhéus. O evento é uma parceria da Subseção com a Faculdade de Direito de Ilhéus e a OAB local e conta com a participação de acadêmicos, professores, advogados, servidores e demais profissionais de Direito. A juíza federal substituta, Karine Costa Carlos Rhem da Silva e o diretor de Secretaria, Luiz Carlos Souza Vasconcelos também estiveram presentes junto a um ouvinte e participativo em torno de 250 pessoas.

A iniciativa tem como objetivo socializar o conhecimento jurídico, com a participação efetiva da Justiça Federal nesse processo. O evento teve como palestrantes o juiz de Direito da Vara da Infância da Comarca de Itabuna e professor universitário Marcos Antonio Santos Bandeira, que falou sobre as alterações na Lei n. 12.010 (Lei da Adoção) e o professor universitário e vice-presidente da OAB/Ilhéus, Djalma Eutímio de Carvalho, que falou sobre a Lei n. 12.015 que cuida dos crimes contra a dignidade sexual.

O Projeto Quinta Legal voltará com toda força em 2010 tratando dos mais variados temas jurídicos.